



12285009



08027.000631/2020-94



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
GABINETE DO MINISTRO**

OFÍCIO Nº 1844/2020/AFEPAR/MJ

Brasília, 3 de agosto de 2020.

A Sua Excelência a Senhora
Deputada Federal SORAYA SANTOS
Primeira Secretária
Câmara dos Deputados
70160-900 - Brasília - DF

Assunto: **Requerimento de Informação Parlamentar (RIC) nº 650/2020, de autoria do Deputado Federal Capitão Alberto Neto - REPUBLIC/AM.**

Referência: **Ofício 1aSec/RI/E/nº 1293**

Senhora Primeira Secretária,

1. Com meus cordiais cumprimentos, reporto-me ao Requerimento de Informação Parlamentar (RIC) nº 650/2020, de autoria do Deputado Federal Capitão Alberto Neto (REPUBLIC/AM), para encaminhar a Vossa Excelência informações *"sobre a garantia da liberdade de expressão e independência de Poderes da União diante das inúmeras manifestações políticas que vem acontecendo no país"*, nos termos da documentação anexa.

Atenciosamente,

(documento assinado eletronicamente)

ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA
Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública

ANEXOS

1. OFÍCIO Nº 4470/2020/GAB-SENASP/SENASP/MJ (12159001);
2. Informação nº 130/2020/DIAL/CGESP/SENASP (12047904);
3. OFÍCIO Nº 682/2020/SEAPRO/GAB/PF (12105823);
4. Despacho SIC/DOV/GAB/PF (15288773) (12105825).

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 08027.000631/2020-94

SEI nº 12285009

Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Ed. Sede, 4º Andar, Sala 408 - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF,
CEP 70064-900

Telefone: (61) 2025-9001 Site: - www.justica.gov.br



12159001



08027.000631/2020-94



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

OFÍCIO Nº 4470/2020/GAB-SENASP/SENASP/MJ

Brasília, 15 de julho de 2020.

Ao Senhor
LUCAS ALVES DE LIMA BARROS DE GÓES
Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares

Assunto: Requerimento de Informação Parlamentar (RIC) nº 650/2020.

Senhor Chefe,

1. Reporto-me ao Ofício nº 1578/2020/AFEPAR/MJ (12036452), por meio do qual essa Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares encaminha o Requerimento de Informação Parlamentar (RIC) nº 650/2020 (12036420), de autoria do Deputado Federal Capitão Alberto Neto (Republic/AM), que *"Requer do Excelentíssimo Ministro da Justiça e Segurança Pública, Senhor André Luiz de Almeida Mendonça, informações sobre a garantia da liberdade de expressão e independência de Poderes da União diante das inúmeras manifestações políticas que vem acontecendo no país"*.

2. Em resposta, encaminho a Informação nº 130/2020/DIAL/CGESP/SENASP (12047904), elaborada pela Coordenação-Geral de Estratégia em Segurança Pública desta Senasp.

Atenciosamente,

RENATO IVO FERNANDES DE CASTRO
Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Segurança Pública



Documento assinado eletronicamente por **Renato Ivo Fernandes de Castro, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Segurança Pública**, em 15/07/2020, às 16:55, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **12159001** e o código CRC **31F95C39**.
O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

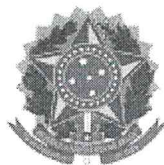
Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 08027.000631/2020-94

SEI nº 12159001

Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Ed. Sede, 5º Andar, Sala 500 - Bairro Zona Cívico Administrativa, Brasília/DF, CEP 70064-900

Telefone: (61) 2025-3501 / 3296 - www.justica.gov.br - E-mail para resposta: protocolo@mj.gov.br

Criado por thayline.ribeiro, versão 3 por jacilda.amorim em 15/07/2020 15:59:00.



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Polícia Federal

OFÍCIO Nº 682/2020/SEAPRO/GAB/PF

Brasília, 08 de junho de 2020.

Ao Senhor
LUCAS ALVES DE LIMA BARROS DE GÓES
Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares
Ministério da Justiça e Segurança Pública
Brasília - DF

Assunto: **Requerimento de Informação Parlamentar (RIC) nº 615/2020, de autoria do Deputado Federal Professor Israel Batista - PV/DF.** □

Referência: Ofício-circular nº 95/2020/AFEPAR/MJ

Senhor Chefe da Assessoria,

Em atenção ao documento em referência, encaminho o Despacho SIC/DOV/GAB/PF (15288773), aprovado pelo Diretor-Geral, contendo as informações quanto ao assunto em comento.

Atenciosamente,

MILTON RODRIGUES NEVES

Delegado de Polícia Federal
Chefe de Gabinete da Direção-Geral



Documento assinado eletronicamente por **MILTON RODRIGUES NEVES, Chefe de Gabinete**, em 08/07/2020, às 15:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **15289704** e o código CRC **382EB203**.

SAS Quadra 06, Lotes 09/10, Brasília/DF
CEP 70037-900, Telefone: (61) 2024-8507



12047904



08027.000631/2020-94



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria Nacional de Segurança Pública
Divisão de Acompanhamento Legislativo da SENASP

INFORMAÇÃO Nº 130/2020/DIAL/CGESP/SENASP

Processo: **08027.000631/2020-94**

Interessado: **Gabinete da Secretaria Nacional de Segurança Pública.**

Assunto: **Indicação Parlamentar (INC) nº 214/2019.**

Senhor Coordenador-Geral,

1. Esta Informação responde ao DESPACHO Nº 2580/2020/GAB-SENASP/SENASP/MJ (12038990) o qual encaminha o Ofício nº 1578/2020/AFEPAR/MJ (12036452), por meio do qual a Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares remete o Requerimento de Informação Parlamentar (RIC) nº 650/2020 (12036420), de autoria do Deputado Federal Capitão Alberto Neto (Republic/AM), que "*Requer do Excelentíssimo Ministro da Justiça e Segurança Pública, Senhor André Luiz de Almeida Mendonça, informações sobre a garantia da liberdade de expressão e independência de Poderes da União diante das inúmeras manifestações políticas que vem acontecendo no país*".

2. O referido Requerimento de Informação Parlamentar (RIC) é a seguir reproduzido:

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados requero seja encaminhado ao da Justiça e Segurança Pública, Senhor André Luiz de Almeida Mendonça, requerimento de informação sobre a garantia da liberdade de expressão e independência de Poderes da União diante das inúmeras manifestações políticas que vem acontecendo no país, nos seguintes termos:

1) O Ministério da justiça está fazendo um acompanhamento de eventuais abusos daqueles que defendem a deposição do Presidente da República a fim de garantir a defesa dos direitos políticos?

2) Há algum monitoramento e investigação pela Polícia Federal para apurar a existência de infrações penais contra a ordem política e social, no que se refere a violação às ordens jurídicas e utilização de instrumentos inconstitucionais dos que são favoráveis ao impeachment do Presidente da República?

3. Esta Divisão de Acompanhamento Legislativo da Senasp - DIAL/CGESP, informa que não possui subsídios para responder aos questionamentos trazidos pelo Requerimento de Informação Parlamentar (RIC) nº 650/2020, pois não participou de monitoramento das ações mencionadas pelo parlamentar.

À consideração superior.

PEDRO FERREIRA DA CUNHA NETO

Servidor Mobilizado - CLSP/CGESP/SENASP

GUILHERME HENRIQUE DA COSTA SANTOS

Servidor Mobilizado CLSP/CGESP/SENASP

De acordo

Encaminhe-se ao Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Segurança Pública.

LUIS CLAUDIO LAVIANO

Coordenador-Geral de Estratégia em Segurança Pública

CGESP/GAB-SENASP



Documento assinado eletronicamente por **LUIS CLAUDIO LAVIANO, Coordenador(a)-Geral de Estratégia em Segurança Pública**, em 03/07/2020, às 15:48, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **PEDRO FERREIRA DA CUNHA NETO, Servidor(a) Mobilizado(a) da Secretaria Nacional de Segurança Pública**, em 03/07/2020, às 16:56, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **GUILHERME HENRIQUE DA COSTA SANTOS, Servidor(a) Mobilizado(a) da Secretaria Nacional de Segurança Pública**, em 15/07/2020, às 12:55, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **12047904** e o código CRC **0592A9AE**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Referência: Processo nº 08027.000631/2020-94

SEI nº 12047904

Criado por pedro.neto, versão 11 por pedro.neto em 03/07/2020 14:51:51.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SEÇÃO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO - SIC/DOV/GAB/PF

Assunto: **Requerimento de Informação Parlamentar (RIC) nº 650/2020.**

Destino: **Gabinete da Polícia Federal (GAB/PF).**

Processo: **08027.000631/2020-94.**

Interessado: **Deputado Federal CAPITÃO ALBERTO NETO - Republicanos-AM. Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP).**

1. Trata-se do Ofício nº 1579/2020/AFEPAR/MJ, de 30/06/2020 (SEI 15200192), que encaminha a esta Polícia Federal (PF) para manifestação, **até o dia 14/07/2020 (terça-feira)**, o Requerimento de Informação Parlamentar (RIC) nº 650/2020, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal (CF), de autoria do Deputado Federal CAPITÃO ALBERTO NETO - REPUBLIC/AM, apresentado ao Ministro da Justiça e Segurança Pública (MJSP).
2. Consultadas a Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado (DICOR/PF), a Diretoria de Inteligência Policial (DIP/PF) e a Corregedoria-Geral (COGER/PF), foram apresentadas as respostas seguintes aos questionamentos formulados: (15229511) DCINT/CGI/DIP/PF, (15236423) SAD/DICOR/PF e (15275098) SIC/COGER/PF.
3. Seguem os questionamentos do RIC e as respostas respectivas:

1) O Ministério da justiça está fazendo um acompanhamento de eventuais abusos daqueles que defendem a deposição do Presidente da República a fim de garantir a defesa dos direitos políticos?

Resposta: A ser respondida pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP).

2) Há algum monitoramento e investigação pela Polícia Federal para apurar a existência de infrações penais contra a ordem política e social, no que se refere a violação às ordens jurídicas e utilização de instrumentos inconstitucionais dos que são favoráveis ao impeachment do Presidente da República?

Resposta: Por força do art. 144, §1º, inciso I, da Constituição Federal de 1988, a Polícia Federal tem por uma de suas atribuições a apuração das infrações penais contra a ordem política e social, a saber:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I - polícia federal;

(...)

§ 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a:

I - apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de

bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei; (grifo nosso)

Claro, portanto, o dever de apurar os fatos criminosos cujas ações ou omissões subsumam-se às figuras típicas descritas na Lei nº 7.170/1983, a qual define os crimes contra a segurança nacional e a **ordem política e social**.

Nesse sentido, todas as notícias de fato, sejam de cognição mediata ou imediata, envolvendo supostos ilícitos contra a ordem pública e social, são objeto de investigação por parte da Polícia Federal, enquanto polícia judiciária da União.

Todavia, uma vez que o inquérito policial é, por força normativa, SIGILOSO, nos termos do art. 20, do Código de Processo Penal, c.c art. 22, da Lei nº 12.527/2011, em homenagem ao princípio da supremacia do interesse público, resta, de igual forma, prejudicada a resposta objetiva quanto ao segundo questionamento

4. À **consideração do Senhor Diretor-Geral (GAB/PF)**, com sugestão de remessa ao Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), das respostas constantes do item 3 deste despacho, no prazo assinalado, ou seja, **até o dia 14/07/2020 (terça-feira)**.

MARIANNE PIRES EWERTON

Delegada de Polícia Federal
Classe Especial – Matrícula n.º 9504
Ouvidora da Polícia Federal
Chefe da DOV/GAB/PF



Documento assinado eletronicamente por **MARIANNE PIRES EWERTON, Ouvidor**, em 08/07/2020, às 11:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **15288773** e o código CRC **C3756E3F**.